

SOBRE DEFICIÊNCIA E ALGUMAS POSSIBILIDADES DE SENTIDOS

Andressa Marchesan*

Resumo:

Neste artigo, propomos um estudo sobre algumas possibilidades de sentidos do termo “deficiência”, a partir de diferentes materialidades discursivas, a saber: o Estatuto da Pessoa com Deficiência, dois dicionários, Novo Aurélio Século XXI e Dicionário Houaiss, e uma tira que aborda a deficiência. Seleccionamos essas materialidades a fim de observar como a deficiência está sendo significada em cada uma delas, bem como investigar se e como os sentidos estão inscritos no imaginário social ou se eles produzem sentidos outros. É a Análise de Discurso de linha francesa que dá sustentação teórico-metodológica para esse trabalho. Os resultados apresentados são ainda parciais e demonstram que “o sentido sempre pode ser outro” (ORLANDI, 1996, p. 64), está em aberto, o que remete a dois movimentos dos sentidos: nos dicionários, os sentidos estão inscritos no imaginário social, que tende à marginalização, enquanto que as demais materialidades produzem sentidos outros, que remetem à inclusão.

Palavras-chave: *Análise de discurso; Sentidos; Deficiência; Dicionários; Estatuto.*

Abstract:

In this article we propose a study concerning some possibilities of meaning for the word “disability” considering some discursive materials, for instance: the Statute of the Person with Disabilities, the New Aurélio Século XXI and the Houaiss Dictionary, and also a comic strip, which approaches the subject of disability. We select these materialities in order to observe how the deficiency is being signified in each of them, as well as to investigate if and how the senses are inscribed in the social imaginary or if they produce other senses. It is the Discourse Analysis of French line that gives theoretical and methodological support for this work. The results obtained are still partial and show that “the meaning can always be different” (ORLANDI, 1996, p. 64), is open, which refers to two meanings of the meaning studied: in the dictionaries, the meanings are inscribed in the imaginary social, which tends to marginalization, while the other materialities produce other meanings, which refer to inclusion.

Keywords: *Discourse analysis; Sense; Disability; Dictionaries; Statute.*

* Mestranda em estudos linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras, na Universidade Federal de Santa Maria, RS. Contato: andressa.marchesan92@gmail.com.

Introdução

As palavras significam de forma diferente dependendo das condições de produção e das formações discursivas em que se inscrevem. Os sentidos não estão fechados, fazem efeitos diferentes em interlocutores diferentes (ORLANDI, 2015a).

Como o discurso se relaciona com outros discursos, ou seja, “os sentidos resultam de relações” (ORLANDI, 2015a, p. 37), o presente artigo tem como objetivo observar os sentidos que o termo “deficiência” pode ter, a partir de um discurso jurídico, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, de dois dicionários: *Novo Aurélio Século XXI* e o *Dicionário Houaiss*, e de uma tira que aborda a deficiência, a fim de investigar se os sentidos estudados estão inscritos no imaginário social ou se eles produzem sentidos outros.

É a Análise de Discurso de linha francesa (AD), fundada por Michel Pêcheux e desenvolvida no Brasil a partir de Eni Orlandi que dá sustentação teórico-metodológica para esse trabalho, pois se preocupa com o “funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua” (ORLANDI, 2015a, p. 19).

O *corpus* constitui-se da Lei Federal nº 13.146, mais conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, criado em julho de 2015 e que entrou em vigor em janeiro de 2016, de dois dicionários: *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*, 3. ed. (1999) e *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2009) e de uma tira que aborda a deficiência, disponível na internet. No decorrer da análise podem surgir outros termos que estão relacionados a ele.

O critério utilizado para constituir nosso *corpus* foi o seguinte: selecionamos o Estatuto da Pessoa com Deficiência, por sua relevância e legitimidade acerca do tema da deficiência; o dicionário Aurélio foi escolhido por ser conhecido e ter um grande destaque no meio linguístico e o dicionário Houaiss foi escolhido por ser mais recente.

Os dicionários são instrumentos linguísticos, que podem ser tomados como objetos discursivos, o que nos ensina Nunes (2006). Esse objeto tem unidade, isso produz efeitos de sentido entre os sujeitos. Segundo Orlandi (2002), um desses efeitos é a completude, este efeito foi o nosso critério para escolher os dicionários como *corpus*. E a tira que aborda a deficiência foi selecionada por apresentar a deficiência de uma forma singular, tendo como condições de produção o seguinte: foram três amigos com deficiência que decidiram criar as tiras “Super Normais” para falar sobre a deficiência de forma diferente, sem estereótipos ou preconceitos, mostrando que são

pessoas comuns. O desenhista Rafael Cardoso é quem cria as tiras a partir de histórias contadas pelos amigos.

Resumindo: selecionamos essas diferentes materialidades discursivas a fim de observar como a deficiência está sendo explicitada em cada uma delas, bem como investigar se os sentidos estudados estão inscritos no imaginário social ou se eles produzem sentidos outros.

O termo “deficiência” nos interessou por acreditarmos que ele compreenda um sentido relacionado ao corpo e ao sujeito assim designado e é exatamente esta relação que pretendemos desenvolver durante a elaboração da nossa dissertação intitulada provisoriamente como *O funcionamento da noção de sujeito-corpo no discurso do e sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência*. Há imagens historicamente produzidas e que são socialmente partilhadas do que seria uma pessoa com deficiência.

A metodologia adotada foi a seguinte: estudo teórico da Análise de Discurso, da Lexicografia Discursiva e da história da deficiência; investigação de como aparece o sentido do termo deficiência no Estatuto, nos dois dicionários e na tira selecionada.

1. Uma breve história da palavra deficiência

Conforme Mazzotta (1999), ao longo da história, percebemos que a questão da pessoa com deficiência passou da “marginalização” para o assistencialismo e deste para educação, reabilitação, integração social e, recentemente, para a inclusão social. Já Amaral (1995) ressalta que esse percurso não ocorreu de uma forma linear, pois essas posturas ainda convivem entre si e também direcionam políticas públicas.

Ao estudarmos a história da deficiência observamos que a “marginalização” existia e estava geralmente relacionada à ideia de que deficiências físicas/mentais e doenças eram causadas por maus espíritos, demônios ou um castigo por pecados cometidos.

Conforme Pacheco e Alves (2007), na Grécia Antiga havia a valorização do corpo belo e forte, o que favorecia a luta em guerras. Conforme Schewinsky (2004), aquele que não correspondesse a esse ideal, era marginalizado, ou até eliminado. Segundo Aranha (1995), com o surgimento do Cristianismo, passou-se a ver o homem como um ser racional, criação de Deus, e os deficientes passam a ser acolhidos e cuidados. Atitudes de extermínio são reprovadas. Criam-se asilos e hospitais com o intuito de abrigar, proteger, entretanto estes locais os excluía da convivência social.

Apesar de ter abrigos para pessoa com deficiência e/ou doentes, ainda era frequente a marginalização da pessoa com deficiência. Isso pode ser explicitado pelo fato de que a medicina e os hospitais não funcionavam conjuntamente na Idade Média. Conforme Aranha (1995), com o avanço da medicina houve o favorecimento de uma leitura organicista da deficiência, isto é, passa-se a vê-la como um problema médico e não mais como um problema teológico.

O autor ainda destaca que a partir da Revolução Industrial e do modo de produção capitalista que valorizava o potencial produtivo das pessoas, a pessoa com deficiência começou a ser vista como potencialmente capaz de executar tarefas em indústrias. É no século XX que houve a educação para pessoas com deficiência na política educacional brasileira, entretanto o mau uso das classes especiais passou a ser mais um movimento de segregação do que de inclusão.

Recentemente surgiu a inclusão social, um movimento duplo, em que indivíduo e sociedade mobilizam-se para mudanças. Conforme Bartalotti (2001), a inclusão social apoia-se no princípio de igualdade, não negando as diferenças existentes, na igualdade de direitos para que todos possam participar da sociedade.

Por muito tempo, a deficiência estava relacionada a castigos divinos, seres amaldiçoados, explicações sobrenaturais, que segregavam ou excluía a pessoa com deficiência da sociedade. Aos poucos, altera-se a associação da deficiência de algo divino, para um desvio biológico e, deste, para um aspecto social.

Como afirma Orlandi:

[...] não se nasce uma pessoa com deficiência [...] torna-se pessoa com deficiência, em um processo que envolve o indivíduo, seu assujeitamento, sua individuação pelo Estado, as imagens que o envolvem socialmente, e o modo como ele se identifica e é identificado, significado, etc. (2015b, p. 191, grifo da autora).

A forma como este sujeito se identifica ou é identificado como pessoa com deficiência resulta de um processo longo e complexo de identificação, na qual ele é significado pela ideologia que o interpela. Ao falar sobre deficiência, estamos tratando da questão da produção de sentidos sobre a palavra e seus funcionamentos em diferentes materialidades discursivas.

2. Sobre o dicionário

Inicialmente, é necessário lembrarmos que o dicionário se apresenta em um efeito de completude, a ilusão que contém todas as palavras da língua. “Esta ilusão remete o leitor a possibilidade de domínio do sujeito sobre ela e sobre os sentidos que pode/ deve produzir” (PETRI, 2009, p. 29). Esse efeito de completude deve-se ao fato de que a língua, que está no dicionário é “comum” a todos que pertencem àquela nação. A representação fiel do dicionário remete a uma língua imaginária, homogênea, completa, sem falhas, de todos.

O dicionário faz parte do imaginário da língua nacional, pertence ao que Orlandi (2009, p. 18) chama de “língua imaginária” como um sistema fechado, com normas, que tem unidade, esta língua difere da chamada “língua fluida”, que não tem regras fechadas, é a língua em funcionamento, que está acontecendo. O dicionário traz os sentidos da língua imaginária em detrimento da língua fluida, pois aquela apresenta os sentidos contidos na língua estável, completa, sem falhas, com unidade, conforme Orlandi (2009).

A Análise de Discurso (AD) não trabalha com a língua como um sistema fechado, mas como um sistema acontecendo em práticas sociais, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas (ORLANDI, 2015a). A língua é capaz de falhas, não há como atingir o real da língua de modo pleno, daí afirmarmos que o sentido pode ser outro. Tendo em vista que a questão central desse trabalho são os sentidos de deficiência, trabalharemos com a AD e com a Lexicografia Discursiva a fim de investigarmos se os sentidos de deficiência estão inscritos no imaginário social ou se produzem sentidos outros.

Orlandi destaca que a “Lexicografia Discursiva vê, nos dicionários, discursos” (2002, p. 103) e que ao tomarmos o dicionário como discurso, possivelmente encontraremos indícios do modo como os sujeitos histórico-sociais produzem linguagem. Ao ler o dicionário em uma perspectiva discursiva consideramos que “não há palavra, não há sentido, sem interpretação, sem ideologia” (ORLANDI, 2002, p. 107). Percebemos que há sentidos que surgem e se consolidam, mas simultaneamente eles podem sempre ser outros, estão sujeitos a equívocos, a deslizamentos de sentidos. Assim, no presente trabalho tomaremos os dicionários como objetos discursivos que trabalham na manutenção e na atualização de sentidos da e na língua.

3. Sobre as formações imaginárias e o sentido

Para a AD, o sentido está no entremeio, não está fixado como essência das palavras, nem pode ser qualquer um, pois há a determinação histórica. O sentido está em aberto. As palavras não tem sentido nelas próprias, derivam os sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. Os sentidos são sempre determinados ideologicamente. Eles resultam de relações, pois um discurso tem relação com outro discurso, não há um início absoluto e nem um final para o discurso.

A não-transparência do sentido revela que o sentido tem sua materialidade, e se constitui em um processo que envolve a língua, a história e a ideologia conjuntamente. Os sentidos não se esgotam imediatamente, fazem efeitos diferentes para interlocutores diferentes. Como afirma Orlandi (2015a), sentidos não estão completos, constituídos definitivamente, eles funcionam sob o modo da relação, da falta, do movimento e do entremeio.

As formações imaginárias “designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao *outro*, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1997, p. 82, grifo do autor), o que capacita o lugar social de cada um no discurso, ou seja, temos uma imagem da posição sujeito do locutor, da posição sujeito do interlocutor e a imagem do objeto do discurso. Por exemplo, ao nos dirigirmos a pessoa com deficiência, temos a imagem do que seja uma pessoa com deficiência e a imagem do que seja uma pessoa sem deficiência, do que se pode falar a uma pessoa com deficiência.

Embora o dicionário seja um reconhecido instrumento linguístico que pode produzir um efeito de completude, isso está sujeito a falhas, pois o que os sujeitos têm como imagem de um termo x pode estar ou não incluída na definição indicada pelo dicionário. Vimos acima que os sentidos estão em aberto. É com a análise que investigaremos como aparecem as formações imaginárias e as possibilidades de sentidos no interior das definições a serem analisadas.

Na AD a metodologia não segue um modelo já constituído previamente, ela é constituída ao longo do estudo, no processo de ir e vir do *corpus* a teoria e/ou vice-versa, tendo em vista a movimentação assumida pelo discurso. Esse é o movimento do pêndulo, tal como desenvolvido por Petri (2013). A autora afirma que é no movimento de ir e vir que o pêndulo agita os processos de produção de sentidos sobre o *corpus*, movimentando a contemplação do analista e o movimento de análise. Será nesse movimento de ir e vir que seguiremos em nosso artigo, pois apresentaremos a teoria,

em seguida traremos a análise do nosso corpus, sendo que esta retomará em seu processo a teoria.

4. O termo deficiência e algumas possibilidades de sentidos em diferentes materialidades discursivas

Iniciaremos nossas observações apresentando a definição de deficiência do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é a seguinte:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, art. 2).

O que observamos logo de início é que o Estatuto não traz a definição de *deficiência* no sentido geral do termo, mas ressalta os direitos da pessoa com deficiência perante a sociedade, ou seja, ao inserir uma definição mais restritiva, o Estatuto direciona-se para uma visão de inclusão social, na qual destaca a igualdade de direitos para todos.

Na definição proposta pelo Estatuto, os termos que mais chamam a atenção, são: o substantivo “impedimento”, o adjetivo “longo” e o substantivo “prazo”. O primeiro termo revela, conforme consulta ao *Novo Aurélio Século XXI*, um obstáculo ou o “estado de quem, por doença, licença ou por outra causa, se acha impedido de exercer as suas funções” (FERREIRA, 1999, p. 1081). O adjetivo “longo” e o substantivo “prazo” remetem a um extenso, demorado período de tempo, ou seja, um obstáculo que se tem a extenso período de tempo.

Ao definir pessoa com deficiência como “aquele que tem impedimento de longo prazo”, que relacionado a uma ou mais barreiras, pode obstruir a sua plena participação na sociedade em igualdade de condições com os demais, há uma minimização do caráter negativo vinculado historicamente à pessoa com deficiência, pois a deficiência aparece aqui relacionada a barreiras vindas da sociedade.

Aqui a deficiência está relacionada a barreiras, ou seja, ela não é delimitada isoladamente, o que revela o papel fundamental da sociedade, espera-se que esta realize mudanças e remova barreiras que impeçam a participação efetiva da pessoa com deficiência e em igualdade de condições com os demais. Isso retoma o que já foi citado anteriormente durante a história do termo deficiência, a inclusão social, sua mais recente perspectiva.

Ainda cabe retomar o conceito de formações imaginárias para refletirmos sobre a imagem que envolve a pessoa com deficiência socialmente. No Estatuto, há uma perspectiva social da imagem da pessoa com deficiência, aponta-se a sua efetiva participação na sociedade em iguais condições com os demais. Também podemos pensar o sentido de deficiência que está presente no Estatuto. Como afirmamos acima, os sentidos estão em aberto, e aqui há um sentido mais voltado para a inclusão social, para a expectativa que temos sobre a sociedade, produzindo um sentido outro.

Agora apresentaremos a definição de deficiência presente no *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa* e no *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. A definição que o *Novo Aurélio* apresenta é a seguinte: “**Deficiência**. [Do lat. *deficientia*.] **S. f. 1.** Falta, falha, carência. **2.** Imperfeição, defeito. **3.** *Med.* Insuficiência (3). [...]” (FERREIRA, 1999, p. 614).

Nesta definição, percebe-se a relação de deficiência com o defeito, a imperfeição, ou seja, há uma expectativa socialmente construída sobre o que é perfeito ou imperfeito. Como a definição aponta para o sentido de imperfeição, cabe ressaltarmos o sentido de perfeição apresentado neste dicionário: “**perfeição**. [Do lat. *perfectione*.] **S. f. 1.** O conjunto de todas as qualidades; a ausência de quaisquer defeitos. [...] **4.** O mais alto grau de beleza que pode chegar alguém ou algo” (FERREIRA, 1999, p. 1543).

Ao relacionar a deficiência com a falta, a imperfeição e o defeito esta definição retoma uma perspectiva histórica de deficiência, relacionando esta ao corpo. Retoma a perspectiva da marginalização na qual se valorizava o corpo belo e forte. Conhecendo esta perspectiva histórica podemos destacar que a definição do dicionário *Novo Aurélio* de deficiência e de perfeição, retomam o trabalho ideológico, que é um trabalho da memória e do esquecimento, a impressão do sentido-lá, ao esquecermos quando foi dito deficiência é que o sentido de deficiência produz seus efeitos. Quando o dicionário *Aurélio* traz essa definição, com esse sentido está retomando algo que já foi dito em outro momento histórico, sem perceber que o está fazendo.

Agora, indicaremos a definição do dicionário *Houaiss*, que é a seguinte:

Deficiência S. f. 1. MED insuficiência ou ausência de funcionamento de um órgão [...] **3.** p.ext. perda de quantidade ou qualidade; falta, carência [...] **4.** p.ext. perda de valor; falha, fraqueza [...] ETM lat.tar. *deficientia*, ae ‘falta, enfraquecimento’. SIN/VAR Ver sinonímia de *imperfeição*. [...] ver tb. sinonímia de *perfeição* (HOUAISS, 2009, p. 606).

Inicialmente o que percebemos nesta definição do *Houaiss* é que há vários sentidos para o mesmo termo, ou seja, apresenta uma definição abrangente, desde o sentido médico até o sentido de perda de valor. Apesar destes sentidos, não há uma definição no sentido de algum tipo de impedimento de longo prazo. A própria definição indica que se verifique os termos perfeição e imperfeição. Por isso, iremos trazer o termo perfeição a fim de complementar à definição acima:

Perfeição s. f. 1 o mais alto nível numa escala de valores. [...] **5.** pessoa ou coisa sem defeito [...] **7.** TEOL estado ou condição de quem está livre de pecados [...] ETIM lat. perfectio, onis [...] (HOUAISS, 2009, p. 1472).

Um dos sentidos de perfeição refere-se à pessoa ou coisa sem defeito, o que remete a perfeição, a algo ou alguém sem defeito e a imperfeição, a algo ou alguém com defeito, este sentido de defeito pode ser relacionado a um dos sentidos de deficiência acima, que aponta a falha. Assim como a definição apresentada pelo *Novo Aurélio Século XXI*, aqui também remete deficiência a uma perspectiva histórica relacionada ao corpo, a perspectiva de marginalização, na qual se cultuava o corpo belo e forte. Ao inserir o sentido de defeito, revela-se uma expectativa histórica, na qual o corpo ideal perante a sociedade seria aquele que não apresenta defeitos ou imperfeições.

Esta relação da deficiência a falha, ao defeito, a imperfeição apresentada pelo dicionário *Houaiss* remonta um sentido que já foi dito em outro momento histórico do termo deficiência, sem perceber que o está praticando. Como afirma Orlandi, os sentidos resultam de relações, pois um discurso tem relação com outro discurso, não há um início absoluto e nem um final para o discurso. Os dois dicionários revelam o sentido presente no imaginário social. Esse efeito de uma palavra puxar outra palavra trabalhado nas análises dos dicionários remete ao “movimento de sentidos do efeito palavra-puxa-palavra” desenvolvido por Petri e Scherer (2016).

Por último, observamos o termo deficiência na tira abaixo:



Inicialmente, observamos que há uma denominação da deficiência de forma implícita e relacionada às imagens. O substantivo feminino “visão”, o advérbio “além” e o substantivo masculino “alcance”. O primeiro termo relacionado ao segundo e ao terceiro revela ao leitor uma visão distinta do imaginário social, não é uma visão qualquer, mas uma visão que vai além do alcance, o termo visão adquire outro sentido além do seu sentido comum de enxergar, ver. O sentido de enxergar produz deslizamentos, remete a um sentido outro, ver está significando aqui sentir o mundo e assim vê-lo além do alcance que a visão “comum” abarca.

O outro termo relevante é o adjetivo “modificado” relacionado ao verbo “nasceu” junto à imagem de uma cadeira de rodas. Esses termos demonstram que a personagem da tira nasceu com uma alteração física em relação ao considerado socialmente como corpo “normal”, este sentido se explicita através da imagem da cadeira de rodas relacionada ao verbo “nasceu” e ao adjetivo “modificado”. Este adjetivo minimiza o sentido marginalizado produzido historicamente sobre deficiência. A tira ressalta que as personagens são normais e que a transformação deve acontecer ao redor, ou seja, na sociedade. Assim como no Estatuto, também se ressalta o papel fundamental da sociedade, pois se espera que esta realize mudanças, removendo barreiras.

Além da interpretação dos sentidos, outro fator importante são as condições de produção. Na tira, são três amigos com deficiência que decidiram criar as tiras “Super Normais” para falar sobre a deficiência de forma diferente, sem estereótipos ou preconceitos, mostrando que são pessoas comuns. O desenhista Rafael Cardoso é quem cria as tiras a partir de histórias contadas pelos amigos.

Após termos conhecimento sobre as condições de produção da tira, observamos que os sentidos produzem outro processo de significação, pois deficiência está significando algo para pessoas com deficiência que não vai significar comumente para outra pessoa, em outras condições. As condições de produção aqui podem alterar o sentido de deficiência. Na tira, o sentido de deficiência remete para a imagem voltada a um aspecto social diferenciado, produzindo um sentido outro daquele presente no imaginário social de senso comum apresentado até então, que tende historicamente à exclusão e à marginalização.

5. Considerações finais

Os resultados obtidos são ainda parciais e demonstram que “o sentido sempre pode ser outro” (ORLANDI, 1996, p. 64), está em aberto, não está completo, nem constituído definitivamente. A partir dessa possibilidade de sempre ser outro, o sentido do termo deficiência apresentou duas acepções nas diferentes materialidades estudadas: nos dicionários, uma imagem voltada para o defeito, elencando sentidos mais voltados para as oposições entre perfeição e imperfeição, reiterando os sentidos inscritos no imaginário social, que é historicamente produzido, que tende à marginalização. Enquanto que a tira e a definição do Estatuto produzem sentidos outros, que remetem à inclusão, apresentam uma imagem voltada ao aspecto social, produzindo um sentido outro daquele presente no imaginário social de senso comum apresentado até então, que tende historicamente à exclusão e à marginalização.

Portanto, os sentidos apresentados nos dicionários reiteram os sentidos inscritos no imaginário social, que tendem a marginalização e a exclusão, enquanto que as demais materialidades produzem sentidos outros. Nosso próximo passo é empreender uma reflexão mais profunda que nos dê a conhecer as implicações destas possibilidades de efeitos de sentidos no discurso sobre a deficiência no Brasil do século XXI.

Referências

- AMARAL, L. A. **Conhecendo a deficiência**: em companhia de Hércules. São Paulo: Robe Editorial, 1995.
- ARANHA, M. S. F. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. **Temas em Psicologia**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 63-70, 1995.
- BARTALOTTI, C. C. A Terapia Ocupacional e a atenção à pessoa com deficiência mental: refletindo sobre integração / inclusão social. **Revista Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 361-364, out./dez. 2001.
- BRASIL. Lei 13146, de 06 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio Século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

- MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- NUNES, José Horta. **Dicionários no Brasil**: análise e história – do século XVI ao XIX. Campinas: Pontes; São Paulo: FAPESP; São José do Rio Preto: FAPESP, 2006.
- ORLANDI, E. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015a.
- _____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- _____. Lexicografia discursiva. In: **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002, p. 101-119.
- _____. **Língua brasileira e outras histórias**: Discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.
- _____. Linguagem e educação social: a relação sujeito, indivíduo e pessoa. **Rua**, v. 2, nº 21, p. 187-198, nov. 2015b.
- PACHECO, K. M. B.; ALVES, V. L. R. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. **Acta Fisiátrica**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 242- 248, dez. 2007.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia Mariani [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 61-161.
- PETRI, V. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de discurso. In: PETRI, V.; DIAS, C. (Orgs.). **Análise do Discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.
- _____. Reflexões acerca do funcionamento das noções de língua e de sujeito no *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*. In: **Línguas e instrumentos linguísticos**. Campinas: Capes-Procad - Universidade Estadual de Campinas; Editora RG, 2009, n. 23/24, p. 25-35.
- PETRI, V.; SCHERER, A. O funcionamento do político na produção de sentidos: o dicionário como trajeto de leitura... In: GRIGOLETTO, E.; STOCKMANS DE NARDI, F. (Orgs.). **A Análise do Discurso e sua história**: Avanços e perspectivas. Campinas, SP: Pontes, 2016.
- SCHEWINSKY, S. R. A barbárie do preconceito contra o deficiente: todos somos vítimas. **Acta Fisiátrica**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 7-11, abr. 2004.

Artigo recebido em: 31/07/2017

Artigo aprovado em: 26/10/2017